

# RELATÓRIO SEMANAL

## ABRACEEL

Semana III | 17 a 21 de junho de 2019.

## ABRACEEL DEFENDE AMPLIAÇÃO DOS SINAIS DE PREÇO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS LIMITES DO PLD

Aproximar o preço da operação e ampliar os sinais de preços, essas foram as principais bandeiras defendidas pela Abraceel na audiência pública nº 22/2019 da Aneel, que discutiu os Limites do PLD. Realizada em **19.06**, a sessão pública reuniu dezenas de participantes e contou com apresentação de pouco mais de uma dúzia de agentes, incluindo a Abraceel, representada pelo seu diretor técnico, Alexandre Lopes.



Em sua apresentação, a Abraceel destacou a importância dos limites do PLD no desenho de mercado brasileiro e o papel indutor dos sinais de preços para a eficiência econômica do setor. Ressaltando que o atual teto representa apenas 70% do parque térmico e um terço do custo total de geração termelétrica, sendo os dois terços remanescentes cobertos por encargos, Alexandre ponderou a necessidade de ampliação dos sinais de preço como forma de incentivar a contratação e a gestão eficiente de riscos pelas empresas, bem como a correta alocação de custos e riscos no setor.

O diretor técnico da Abraceel salientou a necessidade de se corrigir a incorreta alocação do risco hidrológico no ACR, dado que as distribuidoras não possuem mecanismos e

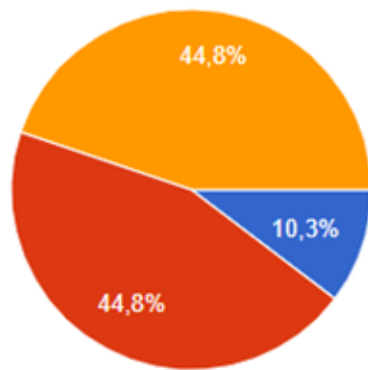
incentivos para gerenciar o risco alocado ao consumidor cativo, da ordem de aproximadamente 30 GW médios. Assim, chamou atenção para o que denominou de “ataque à origem, e não à consequência”. Além disso, Alexandre ilustrou que a “tungada” do teto no final de 2014 gerou mais de R\$ 1 bilhão de encargos para o consumidor somente no 1º semestre de 2015 e a transferência de mais de R\$ 9 bilhões de recursos entre agentes naquele ano. Além disso, o despacho total do parque termelétrico geraria R\$ 2,5 bilhões do ESS por mês para os consumidores com o atual teto.

A Abraceel também ponderou que há um importante processo de modernização em curso no setor, que busca ampliar os sinais de preço, abrir o mercado e incentivar a reação da demanda. Nesse sentido, destacou, por exemplo, que quanto maior for o teto do PLD, menor será o futuro encargo de lastro para todos os consumidores. Concluiu, assim, que a redução do teto em momentos de escassez confere sinal trocado ao consumidor, gera distorções no mercado e vai contra a modernização do setor.

Em seguida, e com base na pesquisa realizada com os associados, Alexandre teceu comentários sobre as propostas apresentadas pela Aneel para o teto do PLD. Criticou o fato de que, sem a entrada do preço horário, as alternativas apresentadas reduziriam o sinal de preço se comparadas à manutenção da metodologia atual, sem, no entanto, existirem elementos que justifiquem a redução da sinalização econômica no momento atual.

## Dentre as alternativas de teto do PLD propostas pela Aneel, qual é a melhor para o mercado livre?

29 respostas



- Alternativa 1: manutenção da atual metodologia de cálculo do PLDmax baseada na UTE a gás natural de CVU mais elevado detentora de CC...
- Alternativa 2: adoção de um PLDmax horário compatível com o último recurso térmico disponível (1.669,93 R\$/MWh), com mecanismo de gatilho...
- Alternativa 3: adoção de uma restrição para a média dos PLDs do dia, equivalente ao PLDmax estrutu...

Com relação à proposta que estabelece um teto de 1.669,93 R\$/MWh com “gatilho” para subteto de 540,68 R\$/MWh (alternativa 2), a Abraceel destacou que essa limita os sinais de preços horários e traz mais incertezas para o mercado em razão do acionamento do “gatilho”. Criticou também que apenas um mês de teto não deveria significar risco estrutural de default em um mercado com correta alocação e gestão de riscos. Ressaltou, ainda, que falta clareza sobre a apuração do “gatilho”, se por submercado ou para todo o SIN.

Foi proposto durante a AP que o gatilho para a utilização do PLDmax estrutural considerasse a média móvel do PLD (ex: 3 meses), e não o número de horas com preço acima do teto estrutural, de forma a capturar a profundidade dos preços elevados nas horas acima do teto estrutural.

Sobre a proposta que estabelece um subteto de 540,68 R\$/MWh restringindo o teto diário de 1.669,93 R\$/MWh (alternativa 3), Alexandre destacou que essa é uma proposta mais complexa e que gera incerteza em relação ao sinal de preço horário dos dias subsequentes, mas que garante maior sinalização nos horários de ponta ao longo de todo o ano. Criticou a redução direta que a proposta traz em relação ao atual teto do PLD, mas elogiou o fato de a alternativa evitar a sinalização econômica inadequada de redução do preço em momentos de escassez.

O diretor técnico ressaltou que a Abraceel está trabalhando no tema, na tentativa de construir uma proposta alternativa que preserve os pontos positivos de cada uma das opções. Nesse sentido, uma opção seria começar com a alternativa 2, para, tão logo acionado o gatilho, migrar para a alternativa 3, preservando

o sinal de preço horário. Alexandre ponderou que isso ainda está em discussão dentro da Associação e que a proposta poderá ser apresentada como contribuição à audiência pública. Alexandre ressaltou ainda que há grande convergência no mercado sobre a necessidade de revisão da metodologia de cálculo do subteto proposto (PLDmax estrutural). Sobre isso, destacou a necessidade do cálculo proposto considerar o Volume Mínimo Operativo (VMOp) e demais funcionalidades previstas para entrar no modelo em 2020.

Ao final de sua exposição, a Abraceel concluiu defendendo a necessidade de antecedência da decisão como forma de dar previsibilidade ao mercado e que o teto do PLD é peça-chave no desenho do mercado e deve ser aderente à reforma do setor e à entrada do preço horário.

Já no fechamento da audiência pública, a diretora-relatora do processo, Elisa Bastos, ressaltou o grande desafio da Agência na definição dos limites do PLD e, em referência à entrada do preço horário, frisou que o regulador não será obstáculo à modernização do setor, reforçando que a regulação estará encaminhada para propiciar o desenvolvimento do setor.

**A apresentação realizada pela Abraceel sobre os Limites do PLD está disponível na área restrita do associado e o tema está na pauta da próxima reunião do Grupo Técnico, que será realizada dia 26.06, em Goiânia.**

## MME CONVOCA ABRACEEL PARA DISCUTIR ABERTURA DE MERCADO

**A**braceel foi convidada pelo Secretário de Energia do MME Ricardo Cyrino para uma reunião na tarde dessa terça-feira, **18.06**. Na pauta, a abertura do mercado de energia elétrica.

O Secretário e sua equipe abriram a reunião perguntando a opinião da Abraceel sobre a eventual adoção de medidas infralegais que pudessem ir ao encontro da agenda de modernidade preconizada pelo Ministério.

Em resposta, a Diretoria Executiva mostrou que a liberdade de escolha dos consumidores de energia elétrica depende exclusivamente do MME, conforme permissão conferida pela Lei 9.074/1995. Na sequência apresentou o sumário dos estudos produzidos para a Abraceel nos últimos anos, que demonstram a possibilidade de abertura do Grupo A até 2021 e do Grupo B até 2024, sem que isso represente qualquer afetação aos contratos existentes das distribuidoras. Também foi demonstrado que 24% da atual expansão da geração, conforme consta do banco de dados da Aneel, está calcada em projetos integralmente destinados ao mercado livre, isso sem considerar a parcela da energia que é reservada para venda no ambiente livre dos empreendimentos viabilizados por meio de leilões regulados.

A apresentação feita pela Abraceel também enfatizou a oportunidade e viabilidade de o MME prosseguir com o cronograma de fina-

lização da reserva de mercado iniciado pela Portaria 514/18 e assim dar a necessária antecipação ao mercado da liberalização do acesso irrestrito de consumidores à opção de escolha do próprio fornecedor de energia para aqueles com carga superior a 500 kW. Também ficou acertado que a Abraceel traria ao MME uma proposta de realização de leilões combinados de capacidade e energia nas próximas semanas.

O Secretário agradeceu as contribuições da Abraceel e enfatizou a busca por medidas simples e viáveis no curto prazo que possam ser adotadas pelo MME.

## REUNIÃO NA SRG/ANEEL DISCUTE PREÇO HORÁRIO, GSF E PARTICIPAÇÃO DOS COMERCIALIZADORES NO ONS

**E**m 17.06, a Abraceel se reuniu com o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração (SRG) da Aneel, Christiano Vieira, e equipe, para debater diversos temas de interesse do mercado livre. A Abraceel foi representada por Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú.

### Preço horário

A equipe da SRG destacou que continuam trabalhando com a expectativa de entrada do preço horário em janeiro de 2020. Segundo eles, que vêm participando das discussões na Cpamp, há importantes desafios a serem superados, muitos dos quais foram evidenciados pelos agentes no workshop realizado no MME, sendo que as instituições estão empenhadas em tentar atendê-los.

Com relação aos pontos elencados pela Abraceel, tais como a necessidade de reprodutibilidade dos dados e a transparência das informações, o Superintendente reconheceu que são importantes e precisam ser atendidos. Christiano também defendeu o uso da rede no preço no futuro, pois reconheceu que a evolução do horizonte semanal para o horário já é muito significativa no momento, de tal forma que a representação da rede pode ficar para uma discussão futura.

Perguntado sobre eventual entrada do Dessem apenas para fins de operação em 2020, Christiano informou que essa proposta apresenta benefícios, como o fato de permitir que

o mercado tenha maior conhecimento sobre o modelo antes da mudança na formação de preço. Também salientou que essa alternativa mitiga eventuais desafios atinentes ao fluxo de informações entre CCEE e ONS, o que pode ser importante a depender do andamento dos trabalhos até a definição da Cpamp.

Além disso, o Superintendente ressaltou que a Aneel está trabalhando arduamente para aprovar todas as normas necessárias para viabilizar o preço horário, de tal forma que o regulador não será empecilho para a sua entrada no ano que vem. Dessa forma, já está discutindo com os agentes os limites do PLD e deverá abrir em breve discussão pública sobre os procedimentos de rede, que deverão endereçar outras preocupações dos agentes com relação à segurança e previsibilidade das informações (ex: Unit Commitment).

### Limites do PLD

Christiano e equipe destacam que a discussão dos Limites do PLD está aberta e que aguardam contribuições dos agentes. A SRG teve forte atuação na elaboração da proposta que compreende um subteto com restrição diária para o teto horário (alternativa 3), mas reconhecem a possibilidade de incorporação de alterações ou melhorias nas diferentes propostas.

### GSF

Questionado, o Superintendente afirmou que não houve até hoje nenhuma espécie de

questionamento judicial pelo regulador sobre eventual valor incontroverso a ser pago pelos geradores que obtiveram proteção judicial ao GSF. Segundo ele, a Aneel está atuando junto ao judiciário para reverter a situação e demonstrar que a tese apresentada como um todo não deve prosperar.

### **Despacho por oferta**

A equipe da SRG disse desconhecer intenção ou proposta de se fazer eventual simulação “sombra” sobre um modelo de despacho por oferta de preços, que estaria em discussão no subgrupo do GT Modernização que discute a melhoria da formação de preço. Christiano afirmou que a SRG tem participado do subgrupo, mas que não tinha conhecimento sobre esse proposta.

### **ONS**

Por fim, o Superintendente informou que a carta com o pedido administrativo da Abraceel para participação no Conselho do ONS está em análise na SRG. Disse que outros aprimoramentos no Estatuto do ONS já estavam sendo endereçadas e que não há definição interna se o pleito da Abraceel entrará nessa discussão ou se ficará para um segundo momento.

A Abraceel reforçou os pontos elencados na carta endereçada à Aneel, com destaque para a ausência dos agentes comercializadores no ONS não ser normativa, mas meramente factual, sendo esta a única categoria de agentes setoriais sem assento no Operador, o que é contrário ao princípio da isonomia, livre concorrência e ao arcabouço legal. A Associação

lembrou ainda que no passado recente os comercializadores também eram aliados das reuniões do PMO, não havendo razão para não se requerer a sua participação em reuniões do Operador.

O Superintendente afirmou que analisará com cuidado os pontos elencados pela Associação. **A carta com o pedido administrativo da Abraceel está disponível na área restrita do associado.**

## AGENERSA ABRE O MERCADO E REDUZ VOLUME PARA CONSUMIDORES LIVRES DE GÁS NATURAL NO RJ

Um dos principais mercados consumidores de gás natural do país está com novas regras para estimular a livre concorrência. Com pouco mais de 16 milhões de m<sup>3</sup>/dia de demanda nas distribuidoras locais, o Estado do Rio de Janeiro passará a contar com regras mais atrativas para comercializadores, consumidores livres e autoprodutores/autoimportadores de gás, em linha com as iniciativas do Governo Federal para a abertura do mercado e construção de um novo mercado de gás no país.

Em reunião pública na última terça-feira, **18.06**, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro (Agenera) aprovou, por unanimidade, a nova regulamentação. Com a mudança, o consumidor não mais precisará de um consumo mínimo de 25 mil m<sup>3</sup>/dia para se tornar livre. O limite passar a ser de 300 mil m<sup>3</sup>/mês, ou aproximadamente 10 mil m<sup>3</sup>/dia, em linha com o do Estado de São Paulo.

A regulamentação também manteve a previsão de redução de 1,9% nas tarifas referentes à margem de comercialização cobrada pela distribuidora aos usuários livres. Segundo o conselheiro diretor da Agenera, José Bismarck, o desconto será recalculado mais tarde, e pode chegar a 6% ou 7%. A medida segue a prática adotada na Comgás, que aprovou recentemente desconto de 9%.

Em sua deliberação, o conselho diretor deter-

minou que a Câmara de Energia da Agenera elabore, em 30 dias, os anexos com as condições gerais de fornecimento de gás para os usuários livres, que deverão incluir também o agente comercializador. De acordo com a Agenera, o enquadramento das empresas nas categorias do mercado livre será feito sem burocracia, bastará que os agentes estejam regularizados junto à ANP para que o estado do Rio conceda o status solicitado.

Além disso, dentre as propostas que poderão constar na regulamentação específica estão o fim da confidencialidade nos contratos de aquisição do combustível pelas distribuidoras e a compra do insumo por chamadas públicas, elemento essencial para estimular a concorrência, tal como apontado pela Abraceel em sua contribuição.

A Agenera resolveu ainda que os usuários livres terão direito a tarifas específicas, com a opção de construir seus gasodutos e pagar apenas o custo específico do investimento e da operação e manutenção na infraestrutura. As termelétricas também serão beneficiadas com uma redução no custo do gás, na prática, de cerca de 3%.

As novas regras entrarão em vigor na data da sua publicação e são fundamentais para colocar o mercado fluminense em posição de destaque na construção do novo mercado de gás no país, tal como pleiteado pela Abraceel durante a audiência pública.



## COINFRA DISCUTE REFORMA DO SETOR

**R**eginaldo Medeiros e Ângela Oliveira participaram de reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI, dia **19.06**, em Brasília. Diogo Mac Cord, Secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura do Ministério da Economia, apresentou os planos e projetos do Governo para a Infraestrutura, com destaque para:

- Discussão sobre os subsídios às renováveis
- Privatização da Eletrobras e Descotização
- Risco hidrológico
- Novo marco regulatório do gás
- Liberalização do setor de saneamento básico (PL 3.261)
- Atualização do marco regulatório das Teles (PLC 79)
- Renovação antecipada dos contratos ferroviários
- Autorizações em ferrovias (PLS 261)
- Devolução amigável de ativos logísticos (regulam. 13.448)
- Novo programa de habitação social com terrenos da União
- Mobilidade urbana + Desenvolvimento Imobiliário Associado

Finalizada a exposição, Reginaldo Medeiros elogiou a apresentação, principalmente quando o secretário falou sobre um novo desenho do mercado elétrico. Reginaldo destacou que esse é ponto de partida, uma vez que própria privatização da Eletrobras, devido ao volume de geração que a empresa controla (45% do total), depende do desenho do modelo de

mercado elétrico e do arranjo institucional do setor elétrico.

Mostrou que são poucas indústrias que atualmente têm acesso ao mercado livre e a energia mais barata que esse ambiente proporciona. Disse que pela importância da abertura do mercado elétrico para a competitividade da economia brasileira o tema não deveria ser debatido apenas no âmbito do setor elétrico, mas num fórum mais abrangente que considerasse aspectos como a competitividade, a inovação e o novo ciclo tecnológico da energia que já é uma realidade em muitos países. Finalizou afirmando que o foco do novo desenho de mercado do setor deve ser a abertura de mercado, a garantia do direito de escolha do consumidor e a ampla competição entre as empresas elétricas.

Como sugerido pela Abraceel, o tema da próxima reunião do Coinfra será a reforma do modelo do setor elétrico, com exposição tanto do Ministério de Minas e Energia sobre seu projeto de modernização setorial quanto dos projetos de lei ora em tramitação no Congresso Nacional, os quais discutem o tema (PL 1917/2015 e PLS 232/2016). **As apresentações realizadas na reunião estão na área restrita do site da Abraceel, seção documentos.**

# COMISSÕES

São órgãos técnicos criados pelo Regimento Interno de cada Casa com a finalidade de discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas.

Com relação a determinadas proposições ou projetos, essas comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres, antes de ser levado ao Plenário;

Com relação a outras proposições elas decidem, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passagem pelo Plenário da Casa.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cada comissão possui 1 (um) Presidente e 3 (três) Vice-Presidentes com mandatos de um ano, vedada a reeleição;

As Comissões Permanentes poderão constituir, sem poder decisório, Subcomissões Permanentes e Subcomissões Especiais. Não podem existir mais de 3 (três) Subcomissões Permanentes e 3 (três) Subcomissões Especiais em funcionamento simultâneo

### PERMANENTES

- CAPADR** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
- CCTCI** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
- CCJC** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
- CCULT** Comissão de Cultura
- CDC** Comissão de Defesa do Consumidor
- CMULHER** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
- CIDOSO** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
- CPD** Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
- CDE** Comissão de Desenvolvimento Urbano
- CDEICS** Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
- CDHM** Comissão de Direitos Humanos e Minorias
- CE** Comissão de Educação
- CESPO** Comissão do Esporte
- CFT** Comissão de Finanças e Tributação
- CFFC** Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
- CINDRA** Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
- CLP** Comissão de Legislação Participativa
- CMADS** Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- CME** Comissão de Minas e Energia
- CREDN** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
- CSPCCO** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
- CSSF** Comissão de Seguridade Social e Família
- CTASP** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
- CTUR** Comissão de Turismo
- CVT** Comissão de Viação e Transportes

# TEMPORÁRIAS

- 1. Especiais:** As Comissões Especiais serão constituídas para dar parecer sobre:
  - I - proposta de emenda à Constituição e projeto de código;
  - II - proposições que versarem matéria de competência de mais de três Comissões de mérito
- 2. Inquérito**
- 3. Externas:** instituídas pelo Presidente da Câmara para cumprir missão

## SENADO FEDERAL

Cada comissão possui 1 presidente e 1 vice-presidente eleitos a cada dois anos, vedada a reeleição;

# PERMANENTES

Cada comissão permanente pode criar subcomissões permanentes ou temporárias, até o máximo de quatro, mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

- CAE** Comissão de Assuntos Econômicos
- CAS** Comissão de Assuntos Sociais
- CCJ** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- CCT** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
- CDH** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
- CDIR** Comissão Diretora do Senado Federal
- CDR** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
- CE** Comissão de Educação, Cultura e Esporte
- CI** Comissão de Serviços de Infraestrutura
- CMA** Comissão de Meio Ambiente
- CRA** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
- CRE** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
- CSF** Comissão Senado do Futuro
- CTFC** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

# TEMPORÁRIAS

- As comissões temporárias serão:
  - I - internas
  - II - externas - destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades e outros atos públicos;
  - III - parlamentares de inquérito







## Curtas

### Abraceel e Unica fazem homenagem à CCEE

A CCEE foi homenageada pela Abraceel e pela Unica durante a 12ª edição do Ethanol Summit, evento que discute oportunidades e cenários para a indústria sucroenergética do Brasil. O presidente do Conselho de Administração, Rui Altieri, recebeu uma placa comemorativa pelo apoio da instituição ao Selo de Energia Verde. Também durante o evento, Reginaldo palestrou no painel “Um novo setor elétrico para a bioeletricidade”, onde abordou as perspectivas do mercado livre para a bioeletricidade.



### Abraceel se reúne com assessor do senador Marcos Rogério

Frederico Rodrigues e Amanda Ferraz se reuniram com o assessor do senador Marcos Rogério (DEM/RO), Fernando Ferreira, para discutir o PLS 232/2016. Na ocasião, o assessor do senador informou que o parlamentar pretende realizar audiências públicas para dis-

cutir o projeto para posteriormente apresentar seu relatório.

### Relatório do PL 10.985 é lido na CME

A última reunião da Comissão de Minas e Energia, dia **18.06**, o deputado Benes Leocádio leu seu relatório para o PL 10.985 de 2018, que trata do gs. Favorável ao projeto, o relator alterou o texto retirando a emenda que propõe a criação do Brasduto e vetando o artigo que solucionava um impasse entre a CEMIG e a União. O relatório lido ainda não está disponível e sua discussão foi adiada para a próxima semana.

### Kroma completa 11 anos

A nossa associada Kroma Energia completa 11 anos de atuação no setor. Parabenizamos a empresa e agradecemos a parceria ao longo desses anos.



## >> PRÓXIMA SEMANA

**24.06 - segunda-feira:** Amanda Ferraz participa do evento promovido pela Única, Abra- ceel e Cogen para discutir cenários no mercado de energia elétrica com especialistas do setor, às 10h, no auditório da Abinee, em São Paulo;

Diretoria de Relações Institucionais se reúne com o deputado Otaci Nascimento (PRB/AP) para apresentar a associação e discutir o PL 1917/2015, às 11h, na Câmara dos Deputados, em Brasília;

**25.06 - terça-feira:** Diretoria executiva e técnica participam do 4º Encontro Dos Agentes do Setor Elétrico no Centro Oeste, promovido pela BC Energia, às 15h, na sede da BC Energia, em Goiânia;

**26.06 - quarta-feira:** Grupo Técnico realiza reunião presencial para discutir atualização sobre a Proposta de Certificação, proposta CCEE de Segurança de Mercado e limites do PLD, às 09h, na sede da BC Energia, em Goiânia;

Diretoria de Relações Institucionais se reúne com o deputado Cássio Andrade (SD/RR) para apresentar a associação e discutir o PL 1917/2015, às 11h30, na Câmara dos Deputados, em Brasília;

**27.06 - quinta-feira:** Diretoria de Relações Institucionais se reúne com a deputada Aline Gurgel (PRB/AP) para apresentar a associação e discutir o PL 1917/2015, às 15h, na Câmara dos Deputados, em Brasília;